



VCAATC

Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas

CAPACIDADE INSTITUCIONAL MUNICIPAL NA GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

Análise das Estruturas de Defesa Civil nos Municípios Paranaenses Projeto Especial MPC-PR

Suiane Volpato Zanardi
Viviane da Costa Suckow
Gabriel Guy Léger





Contexto e Problema de Pesquisa

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

A intensificação dos eventos climáticos extremos tem ampliado a exposição dos Municípios a situações de risco e desastre, impondo novos desafios à Administração Pública local. Em resposta a esse cenário, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) atribui aos entes municipais responsabilidades relacionadas ao planejamento, à prevenção, ao monitoramento e à mitigação dos riscos socioambientais.

Apesar dos avanços normativos observados nas últimas décadas, muitos Municípios ainda enfrentam dificuldades para estruturar e implementar instrumentos permanentes de Proteção e Defesa Civil, especialmente nas áreas de planejamento territorial, governança e gestão da informação.

Diante desse contexto, a pesquisa busca responder à seguinte questão: **em que medida os Municípios paranaenses possuem capacidade institucional para implementar políticas preventivas de Proteção e Defesa Civil?**



Objetivo do Estudo

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

A pesquisa apresenta um diagnóstico das estruturas municipais de Proteção e Defesa Civil no Estado do Paraná, com foco na avaliação da capacidade institucional dos Municípios para desenvolver ações permanentes de prevenção, mitigação e gestão de riscos e desastres.

Para tanto, são examinados instrumentos de planejamento, monitoramento, governança e organização administrativa, a fim de identificar padrões de institucionalização e fragilidades estruturais existentes no âmbito local.



Metodologia

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento realizado junto a Municípios paranaenses com histórico de recorrência de eventos adversos, selecionados em razão de sua maior exposição a riscos e desastres.

Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado encaminhado a 96 Municípios, dos quais 86 apresentaram respostas válidas, correspondendo a uma taxa de retorno de **89,58%**.

A análise contemplou aspectos relacionados ao planejamento territorial, monitoramento, governança e gestão preventiva de riscos e desastres, permitindo a construção de um diagnóstico sobre o grau de estruturação das Defesas Civis municipais.



Capacidade Institucional Municipal na Gestão de Riscos e Desastres

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

A efetividade das políticas de Proteção e Defesa Civil não depende apenas da existência de normas ou estruturas administrativas formalmente instituídas. A prevenção e a redução dos riscos exigem a articulação entre planejamento territorial, governança, monitoramento e recursos financeiros compatíveis com as vulnerabilidades existentes no território.

Nessa condição, a capacidade institucional pode ser compreendida como a aptidão dos Municípios para planejar, coordenar e implementar ações permanentes voltadas à gestão de riscos e desastres, fortalecendo a resiliência local e a prevenção de eventos adversos.



Planejamento Territorial e Gestão de Riscos

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

Os dados levantados indicam que a temática da Proteção e Defesa Civil vem sendo progressivamente incorporada aos instrumentos de planejamento municipal. Entre os Municípios pesquisados, **57% informaram possuir Plano Diretor com diretrizes relacionadas à gestão de riscos e desastres.**

Apesar desse avanço, observou-se baixa institucionalização de instrumentos técnicos voltados à prevenção, como Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR), mapeamentos territoriais e mecanismos permanentes de monitoramento, revelando desafios para a consolidação de uma abordagem preventiva no âmbito local.



Governança e Controle Social

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

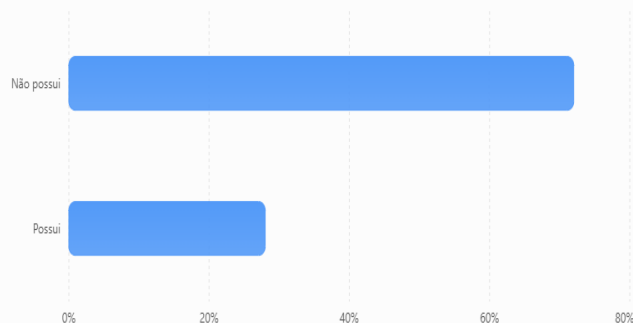
A análise dos dados demonstra que os mecanismos de governança e participação social ainda se encontram pouco institucionalizados nos Municípios pesquisados.

Verificou-se que **72% dos participantes não possuem Conselho Municipal de Gestão de Riscos e Desastres ou de Proteção e Defesa Civil**, percentual que contrasta com a relevância atribuída a esses espaços na coordenação das políticas públicas voltadas à gestão de riscos.

O resultado sugere que parcela significativa dos Municípios ainda carece de estruturas permanentes voltadas ao acompanhamento, à participação social e à articulação institucional das ações de Proteção e Defesa Civil.

Conselho Municipal de Gestão de Riscos e Desastres

Municípios participantes que possuem ou não conselho municipal.





Monitoramento, Informação e Prevenção

No que se refere ao monitoramento e à gestão da informação, os resultados da pesquisa revelam fragilidades relacionadas à organização, à sistematização e ao acompanhamento permanente de dados sobre riscos e desastres.

Observou-se a existência de **limitações** na capacidade dos Municípios de **monitorar áreas vulneráveis, manter registros históricos estruturados e produzir informações capazes de subsidiar o planejamento e a adoção de medidas preventivas.**

Os achados evidenciam que o fortalecimento das estruturas municipais de Proteção e Defesa Civil depende da **consolidação de mecanismos permanentes de produção, atualização e utilização de informações estratégicas voltadas à gestão de riscos e desastres.**



Síntese dos Resultados

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

A análise das estruturas municipais de Proteção e Defesa Civil revelou resultados distintos entre as dimensões avaliadas. No campo do **planejamento territorial**, observou-se maior grau de institucionalização da temática da gestão de riscos. Em contrapartida, as dimensões relacionadas à **governança**, à **participação social** e ao **monitoramento apresentaram fragilidades mais acentuadas**.

De forma geral, os resultados evidenciam assimetrias na estruturação das políticas municipais de Proteção e Defesa Civil, indicando diferentes níveis de desenvolvimento entre os instrumentos analisados.

Síntese dos Resultados: Recomendação Administrativa.

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) emitiu a **Recomendação Administrativa nº 03/2025**, orientando os 399 municípios paranaenses a instituírem o Fundo Municipal de Calamidade Pública e a estruturarem suas Defesas Civas.



MPC-PR recomenda que municípios criem Fundo de Calamidade Pública e fortaleçam Defesas Civas para enfrentar desastres climáticos





Conclusões e Implicações

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

A pesquisa demonstra que a capacidade institucional municipal para a gestão de riscos e desastres **não depende exclusivamente da existência de estruturas formais ou previsões normativas**. A efetividade das políticas de Proteção e Defesa Civil está diretamente relacionada à articulação entre planejamento territorial, governança, monitoramento e gestão da informação.

Embora tenham sido identificados avanços na institucionalização da temática, persistem limitações que dificultam a consolidação de uma atuação preventiva e contínua no âmbito municipal.

Sendo assim, o fortalecimento das estruturas municipais de Defesa Civil revela-se **condição essencial para ampliar a resiliência dos territórios e reduzir a vulnerabilidade das populações expostas a eventos adversos**.



Encerramento

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

CAPACIDADE INSTITUCIONAL MUNICIPAL NA GESTÃO DE RISCOS E
DESASTRES

Análise das Estruturas de Defesa Civil nos Municípios Paranaenses

Projeto Especial MPC-PR

Obrigado pela atenção.

Perguntas e debates.